

35 – Mairiporã e a Produção de um Espaço Insustentável¹

PINTO, Celina Maria Rodrigues (1); BRUNA, Gilda Collet (2)

(1) Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

End: Av Darcy Reis, 135 Parque dos Príncipes – Butantã - CEP: 05396-450 - São Paulo/SP

Telefones: (011) 3761-0307 ou (011) 97022886. e-mail: celinarodrigues2@yahoo.com.br.

(2) Doutora, Livre-docente, pela Universidade de São Paulo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

End.:Rua da Consolação, 993 - Consolação CEP: 01311-000 - São Paulo/SP.e-mail: gilda@mackenzie.br

Resumo

A cidade de Mairiporã, no extremo norte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), dispõe de grande patrimônio ambiental, importante para a manutenção dos remanescentes florestais e abastecimento de água de toda a região.

O estudo da estrutura urbana deste município (aspectos físicos e ambientais, sócio-econômicos, uso do solo, infra-estrutura, política urbana, dentre outros), indica que sua atual fase urbanística é parte de um amplo contexto de mudanças que envolvem a dispersão da mancha urbana metropolitana. Suas particularidades territoriais passam por descontinuidade do tecido urbano (policentralidade, em detrimento de um único núcleo central) e desconcentração popular (favorecida no contexto municipal pela topografia, estrutura viária e fundiária em formação desde a década de 1970).

As principais características sócio-espaciais detectadas são alto grau de segregação no tecido urbano, enfraquecimento do papel do poder local, perda de coesão social, fortalecimento de formas condominiais para resolução dos serviços e perda do sentido de identidade do lugar para seus habitantes. Este artigo analisa a ocupação deste espaço à luz do paradigma da sustentabilidade urbana.²

Abstract

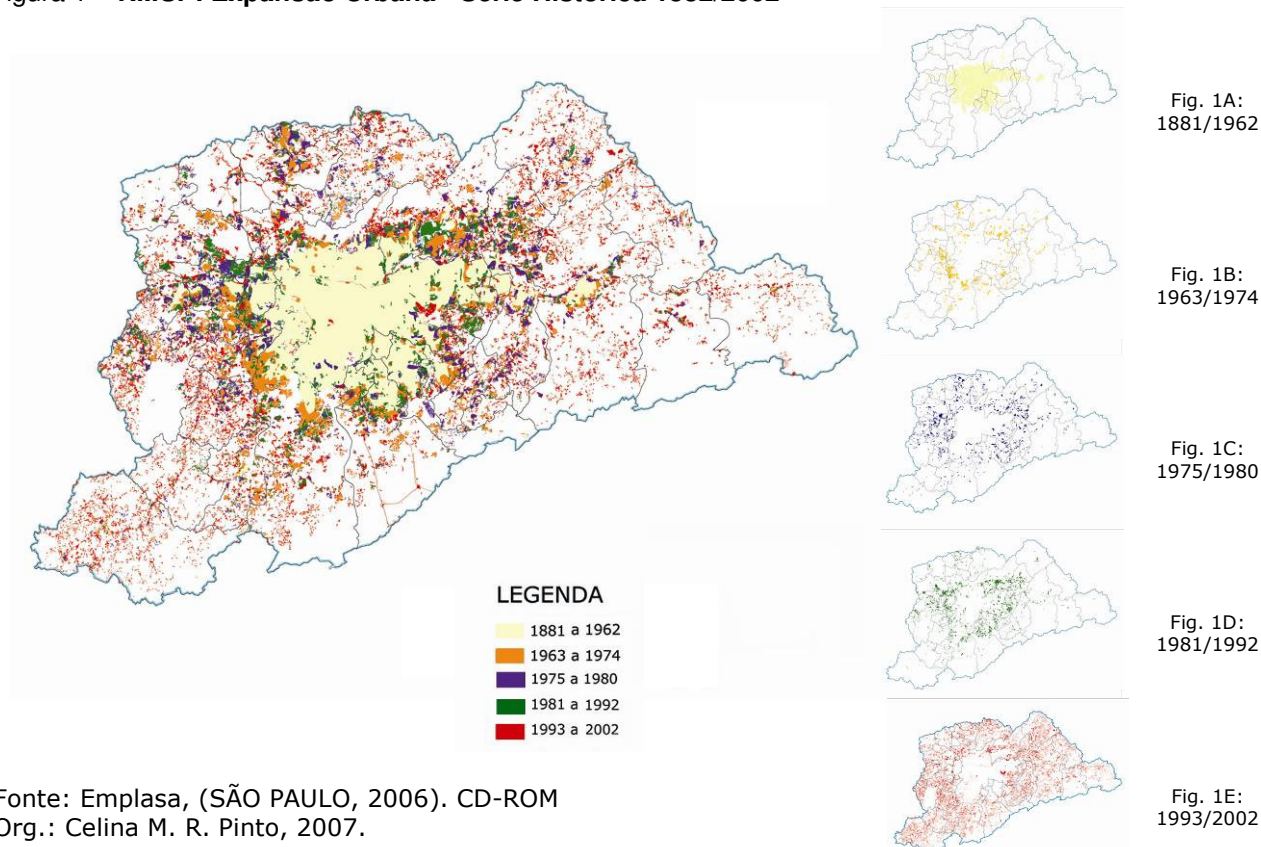
The town of Mairiporã is settled in the far north of the metropolitan region of São Paulo. It counts on a great environmental heritage, important for the maintenance of the remaining forest and water supply throughout the region.

The study of the urban structure of this municipality (physical and environmental aspects, socio-economic aspects, together with use and of the land, plus infrastructure and urban policy, among others) indicates that the current planning phase is part of a broader context of changes involving the urban metropolitan tissue dispersed. The urbanization particularity shows a territorial discontinuity of the urban fabric (policentrality, instead of a single core), and popular deconcentration (favoured by the local topography, the land and road structure being formed since the 1970s). The main socio-spatial characteristics show a strong degree of spatial segregation in the urban fabric what weakens of the role of local power with social cohesion loss what strengthens the trend to form condominiums where the find the urban services and although they lose the sense of place identity. This paper examines this area occupation under the point of view of urban sustainability paradigm.

A Metr pole Fragmentada

Para Santos (1994, p. 46-48) a busca da explica o das transforma es do espaço passa pela compreensão de um grande grupo de variáveis que somente podem ser apreendidas num sistema mais amplo. Este artigo discute os processos de organiza o do espaço urbano da cidade de Mairiporã atráves de um duplo enfoque: o regional e o local.

Figura 1 – RMSP: Expansão Urbana - Série Histórica 1882/2002



Fonte: Emplasa, (SÃO PAULO, 2006). CD-ROM
Org.: Celina M. R. Pinto, 2007.

A fragmenta o da mancha urbana, ou "dispersão" não   um fen meno recente no espaço metropolitano. Verifica-se por meio da fig. 1 e figuras derivadas, as diversas fases dessa evolu o. Apenas na década de 1960 a urbaniza o da RMSP pode ser considerada compacta, bastante centrada no município de São Paulo e núcleos vizinhos (fig. 1A). Entre 1962 e 1974, a mancha urbana da metrópole já extravasa de forma descontínua os limites urbanos do Município de São Paulo (MSP) e invade as áreas rurais e os suportes naturais. Entre os anos de 1970 e 1980, observa-se o seu espraiamento por diversos municípios vizinhos e periféricos ao MSP (fig.1B), com uma ocupa o caracterizada por invasões clandestinas e descont nuidade no tecido urbano, já apontando impactos nos mananciais na região (MARCONDES 1999, p. 135).

O período de 1975 a 1980 (fig. 1C) apresenta o tecido urbano metropolitano com nova característica: perifera o com descont nuidade física, ampliada entre 1980-1991 (fig. 1D), resultante de processos econ micos e sociais que aprofundaram consideravelmente a segrega o espacial na metrópole.   nesta época, que os vetores de crescimento se deslocam para as Sub-Regiões Norte, Nordeste e Noroeste, onde se localiza Mairiporã. A fig. 1E apresenta a formaliza o dessas mudanças e agrega uma nova perifera o que abrange agora os municípios não conurbados. A recente urbaniza o de Mairiporã faz parte deste processo.

Mairiporã: de um único Núcleo à estrutura urbana atual

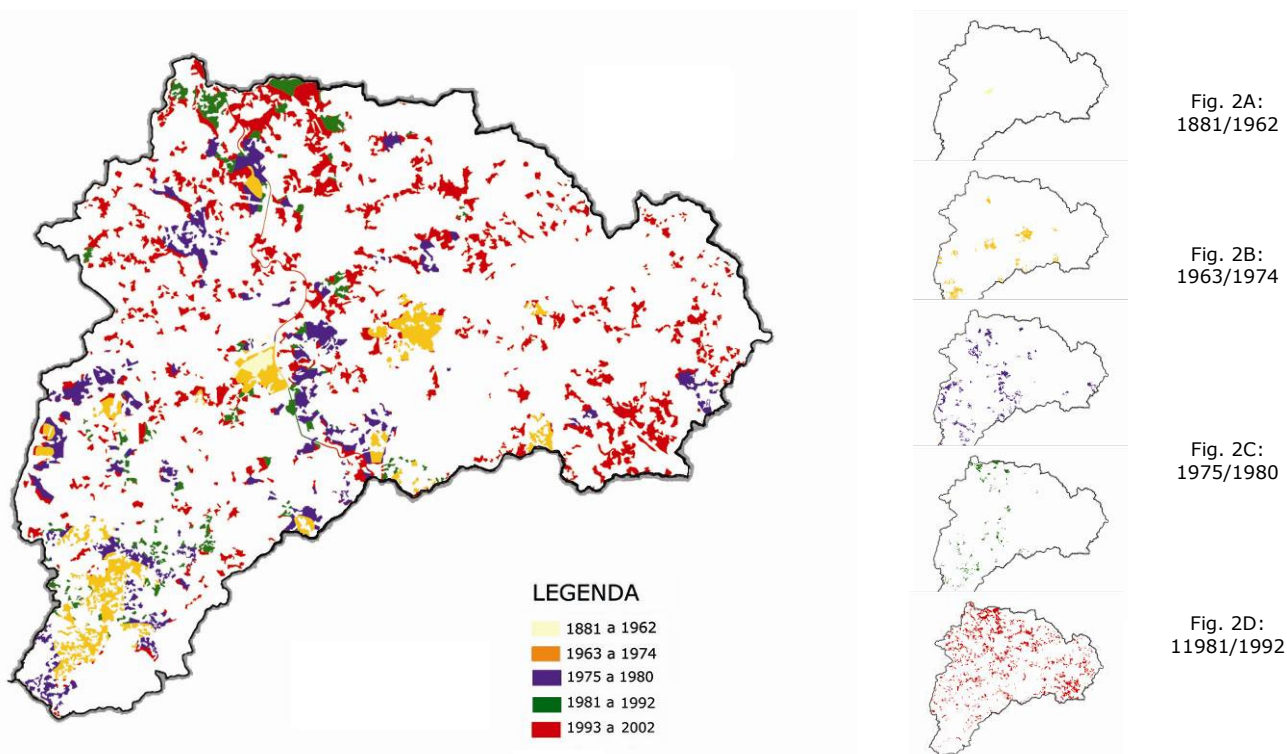
O primeiro registro sobre a ocupação deste território, é do início do séc. XVII.³

No século XIX, o ciclo do café propicia dois acontecimentos que incidem sobre a configuração do município, ambos na região que hoje é o município de Franco da Rocha: a inauguração de uma estação da São Paulo Railway (SPR) e a implantação do Hospital Colônia de Alienados de Juqueri.

Tais fatos propiciaram o surgimento e consolidação dos núcleos urbanos que hoje se apresentam como os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato e Caieiras.

Em 1944, há a emancipação de Franco da Rocha e os territórios referentes aos municípios de Caieiras e de Francisco Morato tornam-se distritos daquele município. Em 1959, é inaugurada a Rodovia Fernão Dias (BR-381) ligando São Paulo a Belo Horizonte. Um marco infra-estrutural no desencadeamento dos processos territoriais atuais, pela quebra de isolamento e pela exposição de suas belezas naturais. Em 1962 a mancha urbana municipal era extremamente reduzida (fig. 2A). É da década de 1970 (fig. 2B), o início da maioria dos processos que definem sua atual configuração. Em 1974 já se encontram caracterizados, grande parte da ocupação da Cantareira, o núcleo urbanizado de Vila Machado, os primeiros grupamentos em torno da rodovia Fernão Dias, entre eles o núcleo de Terra Preta, Pirucaia e a periferização do Núcleo Central. Este desencadeamento está ligado à intervenção estatal na Cantareira, onde o Estado já atua desde 1892 quando acampa a Companhia Cantareira e Esgotos. Porém, em 1966, frente à crise de abastecimento de água que atinge a Região Metropolitana, iniciam-se as obras do complexo Cantareira do qual faz parte a Represa Eng^o. Paulo de Paiva Castro. Inaugurada em 1974, sua atuação no tecido urbano do Município se processa de diversas maneiras⁴.

Figura 2 – Mairiporã: Expansão Urbana - Série Histórica 1882/2002



As melhorias de acesso viário, aliadas à exposição das belezas naturais da região desencadeiam um extenso processo de loteamento fundiário, com conseqüente alta no valor da terra e início da desruralização do

município. Um segundo processo contemporâneo a este, referente à sua configuração espacial, é a urbanização do Distrito de Terra Preta, no norte do território, a 10 km do centro, às margens da Rodovia Fernão Dias. Na década de 1970, essa região não é abrangida pelas restrições impostas pelas LPM(s) e sua proximidade da rodovia faz com que o poder executivo crie o Parque Industrial de Terra Preta, através de desapropriações e benefícios fiscais. A mudança de uso do solo ocasiona grande aumento populacional no Distrito já perceptível na mancha urbana (fig. 2D). A década de 1980 se caracteriza, então, pela expansão da ocupação do entorno da Rodovia Fernão Dias e pelo surgimento dos primeiros loteamentos clandestinos e irregulares, entre eles o embrião do que hoje é o Jardim Brilha e o Parque Náutico da Cantareira. Mas é na década de 1990 que acontece o verdadeiro povoamento da “área rural” do município, com a “urbanização” se dispersando em todo o território municipal (Fig. 2E), o que hoje o tipifica.

A carta municipal, “Aptidão ao Assentamento humano⁵” (MAIRIPORÃ, 2006, p. 58), mapeia o território municipal de acordo com suas características dinâmicas (declividade, deformação das encostas, tipos de topos e outras), dividindo-o em quatro classes de aptidão ao assentamento urbano, sobre o qual podem-se tecer importantes considerações.

A urbanização difusa de baixa densidade representada por assentamentos condominiais de médio e alto padrão encontra-se preferencialmente no tipo de solo que cobre a maior superfície do território, caracterizado como, “Com Severas Restrições ao Assentamento Humano”. Na segunda posição em extensão estão as áreas “Passível de Ocupação com Sérias Restrições” onde se localiza toda várzea esquerda do Rio Juqueri e da Represa Eng^o. Paulo de Paiva Castro. Neste compartimento estão contidos o núcleo velho urbanizado (Centro Histórico), o núcleo urbanizado de Vila Machado e grande parte dos loteamentos irregulares como o Jardim Brilha e o Parque Náutico da Cantareira. No grupo “Áreas com Restrições Localizadas para o Assentamento Humano”, com terrenos mais aptos, está assentado o Distrito de Terra Preta, que nas últimas décadas tem sofrido maior pressão populacional de forma organizada, por não estar sujeito às LPM(s) e por conter o Distrito Industrial.

Numa perspectiva econômica, Mairiporã se insere em um macro-contexto que é a RMSP e em um micro-contexto que é a SRN (Mairiporã, Caieiras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha), historicamente, uma região com pequena participação no PIB metropolitano (1,7% em 2003). Através da análise das variáveis econômicas NE (Nº de estabelecimentos das atividades econômicas) VA (Valor Adicionado por essas atividades), PIB (Produto Interno Bruto do Município), se conclui que o Município não se destaca em nenhuma atividade econômica (industrial, comercial e serviços⁶), sendo uma cidade pobre⁷, com baixo PIB *per capita*, tanto em relação ao macro quanto ao micro-contexto.

O uso do solo municipal é assim distribuído (MAIRIPORÃ, 2006, p.15): Área da Represa: 4,1 km². Área Urbanizada: 6,6 km². Campos: 32,7 km². Capoeira: 35km². Chácaras e Sítios de Recreio: 48,3 km². Hortifrutigranjeiro: 1,2 km². Uso Industrial: 0,8 km². Matas: 159,7 km². Mineração: 0,9 km². Reflorestamento: 27,4 km²

A atividade industrial é desenvolvida em torno do eixo da Fernão Dias e no Distrito Industrial de Terra Preta. Com 91 estabelecimentos industriais (MAIRIPORÃ, 2006, p. 17), a industrialização se desenvolve com dificuldade, apesar dos esforços do poder público municipal para expandir o setor. Em 1978 havia 35 estabelecimentos industriais (SÃO PAULO, 1982, p. 32) e em 1993, 103 (SÃO PAULO, 1996a), número superior ao atual. Percebe-se também que o total de 6.6 km² de área urbanizada é distorcido, pois não inclui

os inúmeros loteamentos de alto, médio e baixo padrão, todos de baixa densidade, que se encontram espalhados no solo municipal disseminados entre chácaras e sítios de recreio.

A prefeitura Municipal não dispõe de uma carta contendo todos os loteamentos murados ou não. O cadastro para cobrança do IPTU Municipal para o ano de 2006⁸ indica 442 loteamentos. Para esta pesquisa, locou-se em uma base cartográfica, 289 loteamentos em 37 bairros⁹, restando 153 não locados, ou por cadastro em duplicidade (pelo nome do proprietário e pelo nome do loteamento) ou por insuficiência de dados nos arquivos municipais. Um estudo sócio espacial desses loteamentos, conforme Anexo I, Padrões de Edificações da Lei Municipal 2.626/06, indica que, dos 289 loteamentos locados, 85 são irregulares e clandestinos¹⁰, 45 considerados de alto padrão¹¹, 58 de médio padrão e 101, de baixo padrão ou popular.

Mairiporã contém, ainda, grandes espaços ocupados por matas, campos, capoeiras, chácaras e sítios de recreios, embora a área de 159,7 km² também seja distorcida. É um território extremamente recortado resultado do seu sistema fundiário, de sua topografia e da mobilidade que o tipo de urbanização descentralizada favorece. Apesar de não existir uma uniformidade nos preços do solo nas distintas regiões do município, há grandes diferenciais entre regiões, sendo a Av. Tabelião Passarela no Centro Velho e a Região da Cantareira, as mais valorizadas. Dentro de uma mesma região, “o padrão do loteamento” é o fator de maior diferencial, seguido pela infra-estrutura¹², área não desmatada, “documentação¹³”. Porém a maior disparidade de preços, consiste entre áreas “rurais” e áreas “urbanizadas”, estas, internas aos loteamentos.

Mairiporã é um município de ligações essencialmente rodoviárias, já que não é atendido por rede ferroviária. Nesse sentido, é bem estruturado e está bem situado. Seu território é cortado praticamente ao meio no sentido norte-sul pela Rodovia Fernão Dias (BR. 381), eixo viário mais importante, e no sentido leste-oeste, pela Rodovia Prefeito Salomão Luiz Chamma (SP-23) e a metropolitana secundária Estrada do Rio Acima. A Rodovia Fernão Dias, além de ser a maior via de ligação do município para o transporte de passageiros e de cargas, é historicamente importante no desenvolvimento da cidade, pelo papel desempenhado na sua estruturação e configuração, por ser o eixo de disposição das indústrias e constituir a principal ligação viária entre o Núcleo Central e o Distrito Industrial de Terra Preta. Sua duplicação, iniciada em 1994, acelerou o processo urbanístico formado por loteamentos irregulares de baixa renda.

O estudo da mobilidade do território indica que 83,5% das viagens originadas no município de Mairiporã são internas e que o fluxo entre as cidades da SRN é muito baixo. No micro-contexto Mairiporã se destaca, com número de viagens externas inferior apenas a Cajamar, município líder econômico da Sub-Região.

O saneamento básico sempre foi deficiente (SÃO PAULO, 1982, p. 96; SÃO PAULO, 1996b), tanto com relação ao abastecimento de água quanto à captação e ao tratamento de esgotos. O abastecimento de água é providenciado pelo poder público e pelos loteamentos e efetivado, parte com água subterrânea e parte com água superficial, através de dois sistemas independentes, um no Núcleo Central e outro no Distrito de Terra Preta. Atende apenas o centro, poucos bairros periféricos, alguns bairros que margeiam a Estrada do Rio Acima, alguns loteamentos que margeiam a Represa Paulo de Paiva Castro e o Distrito de Terra Preta, cobrindo somente 87% desta área. A grande maioria dos loteamentos e “condomínios” de alto e médio padrão, dispersos na Serra da Cantareira, Roseira, Represa e à margem da Rodovia Fernão Dias tem seu próprio sistema particular de poços artesianos. O esgotamento sanitário de Mairiporã é operado

pela Sabesp. É composto, por uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) com capacidade normal de tratamento de 35 l/s, uma rede coletora de 85 km de extensão, 4.627 ligações (dados de dezembro de 2005) e atende a 57% dos domicílios. O volume de esgoto tratado em 2005 foi de 62% dos esgotos coletados, cuja rede coletora é insuficiente, não abrangendo grande parte dos loteamentos e bairros dispostos ao longo da bacia do Rio Juqueri, o que compromete a qualidade das águas e diminui o volume do rio. O esgotamento do Distrito de Terra Preta é lançado *in natura* em afluentes do Rio Jundiaizinho. Os demais loteamentos de alto e médio padrão da Serra da Cantareira, Represa, Roseira, Fernão Dias e de todo o município utilizam fossa séptica.

A morfologia do Município é favorável a enchentes e inundações, situação que piorou consideravelmente após a construção do Reservatório Eng^o. Paulo de Paiva Castro. Existe um dique às margens do canal do Rio Juqueri, para que, em período de cheias, impeça que suas águas transbordem e invadam o centro velho do município e existe ainda uma elevatória, constituída por quatro bombas, que recalca as águas da drenagem urbana para o canal.

O Poder Público Municipal faz sua própria coleta de lixo em residências, comércios e hospitais e segundo informações da própria Prefeitura, o atendimento chega a 90% dos domicílios municipais em áreas urbanas e rurais, condomínios murados e loteamentos, coletando 45,6 ton/dia, sem dispor, contudo, de uma coleta seletiva de lixo. Existe apenas uma experiência particular ainda incipiente, sem relação direta com o poder público local. O destino do lixo coletado é um aterro sanitário localizado no município de Itaquaquetuba operado por empresa particular. Porém, a cidade detém um passivo ambiental em relação à disposição de resíduos sólidos. São duas áreas contaminadas: uma, na Estrada Velha de Bragança Paulista, km 42, localizada em área protegida pelas LPM(s) e a outra, na Estrada de Mato Dentro, Lixão Domini, em área de cabeceira de drenagem do Reservatório Eng^o. Paulo de Paiva Castro.

Pelo patrimônio ambiental que é depositária, Mairiporã requer uma política de ocupação voltada para o meio ambiente. Tal fato não acontece. Sua política urbana não controla o processo de expansão da cidade uma vez que não usa o planejamento como instrumento para este fim. Como o primeiro Plano Diretor aprovado no município foi o PDMM 2006/2015, (Lei Complementar nº 297 de 06 de novembro de 2006), não existe no município uma seqüência que caracteriza um planejamento tanto em relação à forma de apropriação do espaço quanto em relação ao meio ambiente. A Lei de uso e ocupação do solo está em fase de estudo (em abril de 2007). O que existe, são práticas políticas relacionadas ao uso do solo que são orientadas pelas restrições contidas nas LPM(s) e suas flexibilizações “são mais ou menos dependentes do grupo político que exerce o poder municipal¹⁴”. São práticas isoladas, que não constituem enfim uma política, um processo, com planejamento, planos, projetos, programas, ações concretas e finalmente efeitos (ALVIM et al. 2006, p. 61-62). Este plano coincidiu com a fase final desta pesquisa e as considerações aqui estabelecidas são originárias das entrevistas realizadas nas Secretarias de Planejamento Urbano, de Desenvolvimento Urbano, do Meio Ambiente e no Departamento de Obras e Serviços e pelo entendimento do contexto municipal então adquirido.

Grandes foram as críticas referentes à falta de representatividade dos movimentos populares na discussão do PDMM¹⁵. Foi incipiente a participação popular nas Audiências Públicas efetivadas (como diretamente observada por esta pesquisadora) para a aprovação da lei conforme Lei 10.257/01, art.40, parágrafo 4^o I. Destaca-se que a cidade ou não conseguiu se motivar para a discussão de seus próprios problemas, ou

não há entidades representativas organizadas no Município. Por sua vez, a urbanização atual é um processo em curso e sua forma poli-nucleada parece dificultar a formação de uma identidade municipal, enquanto se afirma uma identidade geográfica ou de loteamento.

Conclusão

Pelo exposto pode-se dizer que está em curso no município de Mairiporã uma ocupação territorial pela dispersão em todo território, ou na maior parte dele, de uma urbanização de baixa densidade pela diluição da população residente com modo de vida urbana em áreas rurais. Este processo é parte de um contexto mais amplo de mudanças que envolvem a dispersão da mancha urbana metropolitana, iniciado na década de 1970 e intensificado a partir de 1980 pelas sucessivas crises econômicas, reflexos de realinhamento no sistema produtivo e ajustamento ao contexto econômico externo.

As principais características sócio-espaciais detectadas são forte grau de segregação espacial no tecido urbano, enfraquecimento do papel do poder local, fortalecimento de formas condominiais para resolução dos serviços e perda do sentido de identidade do lugar para seus habitantes. A segregação espacial é efetivada pela escolha dos terrenos mais atraentes pela camada de alta renda que se auto-segrega através de muros e guaritas e pelos próprios maciços remanescentes da floresta. O sítio escolhido para esta auto-segregação é explicitado pela existência das amenidades - o verde da Serra - pela malha viária já providenciada pelo Estado e pela conseguinte diferenciação do valor do solo urbano que se destaca das outras regiões do município. Estas localidades são privilegiadas do ponto de vista natural, mas ambientalmente frágeis, não providas de serviços de infra-estrutura (água e esgoto) que são providenciados pelos próprios condôminos.

Um outro movimento originado da desagregação do tecido urbano da metrópole indica que grupos sociais desfavorecidos ocupam principalmente áreas da bacia sedimentar do Rio Juqueri e da Represa e regiões impróprias ou pouco próprias para assentamento urbano em torno do eixo viário da Fernão Dias e proximidade de Guarulhos, mas que está se disseminando em todo o espaço territorial. Suas características principais são clandestinidade, fragilidade sobre a ótica ambiental devido a incipiente infra-estrutura urbana, sobretudo abastecimento de água e esgotamento sanitário, poluição dos rios e ribeirões e desmatamento que se manifesta na interferência do ciclo hídrico do Rio Juqueri e da Represa.

Identificam-se aspectos de insustentabilidade urbana na produção desse espaço: dispersão da mancha urbana, segregação sócio espacial, ocupação indiscriminada de vales e rios e da Represa, áreas essas protegidas pelas LPM(s); insuficiência e descontinuidade no abastecimento de água e na coleta e tratamento dos esgotos e na forma dos poderes competentes planejar gerir e encaminhar as políticas públicas e ambientais pela falta de um planejamento direcionado para este fim.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Angélica T. Benatti (coord.) et al. *Políticas públicas e planos de urbanismo na escala local intra-urbana: instrumentos e metodologias de avaliação e acompanhamento*. Relatório Final. Universidade Presbiteriana Mackenzie – Fundo Mackenzie de Pesquisa: Mackpesquisa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2006. 340 p. 1 CD-ROM.

MAIRIPORÃ (CIDADE). Plano Diretor do Município de Mairiporã 2006/2015. *Imprensa Oficial*, Mairiporã, Emplasa, 2006. 64 p.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. *Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 238 p.

PINTO, Celina Maria Rodrigues. *Mairiporã: periferização e conflitos ambientais na Região Metropolitana de São Paulo*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

RAMOS, Roberto. *Mairiporã: paraíso aqui na terra*. São Paulo: Noovha América, 2006. 112 p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO: EMPRESA METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO S/A. SISTEMA CARTOGRÁFICO METROPOLITANAO. CORRDENADORIA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS. *30 Anos de Emplasa*. São Paulo, Emplasa, 2006. 1 CD-ROM.

_____. SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS: EMPRESA METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO S/A. *MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ/SP*. Plano Diretor 1996/2016. Parte B – Anexos. São Paulo, Emplasa, 1996a. Não paginado.

_____. SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS: EMPRESA METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO S/A. Levantamento do Quadro Ambiental da Região Metropolitana de São Paulo. Base de Dados. São Paulo, Emplasa, 1996b. Não paginado.

_____. SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS. PROJETO 4247: USO DO SOLO: SUBPROJETO 4247/01. Elaboração de Planos Diretores Físicos-Territoriais e Projeto de Lei de uso e ocupação do solo para diversos municípios da GSP. Plano Diretor Físico Territorial de Mairiporã, São Paulo, Emplasa, 1982. 128 p.

_____. SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ECONOMIA E PLANEJAMENTO: GRUPO EXECUTIVO DA GRANDE SÃO PAULO. *Plano Metropolitano Integrado da Grande São Paulo*, São Paulo, Emplasa, 1970. 193 p.

Notas:

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, a dissertação de mestrado de Celina Maria Rodrigues Pinto, orientada pela Profª. Drª. Gilda Collet Bruna, defendida em abril de 2007 na Universidade Presbiteriana Mackenzie. *Mairiporã: periferização e conflitos ambientais na Região Metropolitana de São Paulo* que trata da recente urbanização do município de Mairiporã e suas inter relações com o problema hídrico regional.

² O conceito de sustentabilidade aplicado às estruturas urbanas e formas de ocupação do espaço. Ver Pinto, (2007, p. 39-42).

³ Em 1696 o povoado é elevado à categoria de Vila, Vila de N. Sra. do Desterro de Juqueri. A eclosão do ciclo do ouro a transforma em pouso de tropeiros e amplia o tráfego de pessoas, mulas e carroças. Em 1769 a Câmara Paulistana inicia sua ligação com a Vila de São Paulo, o “Caminho do Juqueri”, mais tarde, Estrada Velha de Bragança Paulista.

⁴ Para sua implantação foram desapropriados 96 mil m² à margem do Rio Juqueri, (RAMOS, 2006, p.51), onde se desenvolvia a principal atividade econômica do município, a olaria. Para agilizar o andamento das obras melhoram-se as vias de acesso à Capital: a Estrada Santa Inês, da Roseira e a Estrada Velha de Bragança Paulista.

⁵ Geomorfologicamente, o território de Mairiporã se define pela presença de uma sub-bacia sedimentar ao meio, a sub-bacia do Rio Juqueri, protegida por compartimentos maciços de altas declividades. Conseqüentemente, em sua maior parte, apresenta altas declividades, muitas vezes, superiores a 40%, o que propicia uma bacia sedimentar recortada por córregos e ribeirões, ambientalmente frágil, pouco próprio ou impróprio para o assentamento humano.

⁶ Em 2004, o melhor desempenho do Município foi no Setor de Serviços. VA: 237,94 milhões de reais correntes. Já o VA da Indústria foi de 123,02 milhões de reais. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em: 04 ago. 2006.

⁷ Em 2004, o PIB total do município foi de 409 milhões de reais correntes, o segundo mais baixo da Sub-Região. Franco da Rocha uma das cidades mais pobres do Estado teve PIB total igual a 404 milhões de reais correntes. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

⁸ Lei Municipal nº 2.626 de 6 de novembro de 2006.

⁹ Dois Bairros não contém loteamentos.

¹⁰ O PDMM 2006/2015 (MAIRIPORÃ, 2006 p. 41-42) apresenta 122 áreas ocupadas irregularmente públicas e privadas. Esta pesquisa através do Departamento de Obras da Prefeitura totalizou 145, 45 delas do ano de 2005. Desse total locou-se em carta topográfica, 85.

¹¹ A classificação em Baixo, Médio e Alto Padrão é baseada no Anexo I, Padrões de Edificações, Lei Municipal 2.626/06.

¹² Estrada, (asfaltada, o acréscimo no preço do terreno é em torno de 20%), iluminação, portaria com segurança e muro.

¹³ A percentagem de desmembramentos irregulares no município, chega a 70% (PINTO, 2007, p. 185).

¹⁴ Dados do Departamento de Obras e Serviços da PMM em entrevista à autora em janeiro de 2007.

¹⁵Essas críticas partiram das ONG(s) ligadas aos movimentos ambientais, principalmente da ONG Acorda Mairipa.